

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS ‘SENTIDOS’ DA MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA E RONDÔNIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Maria Aparecida da Silvaⁱ

Zairo Carlos da Silva Pinheiroⁱⁱ

Resumo: Este artigo de cunho bibliográfico se propõe discutir a migração para a Amazônia, enfocando de modo particular o Estado de Rondônia a partir das discussões propostas por autores que abordam esta temática. Como Rondônia está situada na Amazônia, um mosaico de culturas, pesquisas de todos os gêneros podem proporcionar uma compreensão aproximada de sua variadíssima composição cultural tendo em vista dos diversos grupos que ocuparam e vêm ao logo do tempo utilizando-se deste espaço respondendo a necessidade econômica, política e social. Isso é nítido desde a presença dos primeiros grupos indígenas há mais de cinco mil anos, a chegada dos europeus, a construção do Real Forte Príncipe da Beira, das Linhas Telegráficas de Rondon, a descoberta da cassiterita e do ouro; a construção da BR 363 e Os Projetos de Colonização na Amazônia. Todos eles proporcionaram os Movimentos Migratórios com objetivos muito diversos em relação aos interesses relacionados à mudança de vida, questões econômicas e sociais em espaços geográficos distintos da Amazônia.

23

Palavras-chaves: migração, projetos de colonização, identidade, composição cultural.

INTRODUÇÃO

O texto aqui é um recorte da dissertação de mestrado “Os Migrantes das décadas de 70 e 80 e sua História em Rolim de Moura –Rondônia - Brasil”, recorrendo ao estudo de dados bibliográficos, documentos de cunho jornalístico, com informações de jornais e revistas que proporcionaram o estudo em questão que visa o contexto migratório para a Amazônia, fazendo um recorte desta situação no Estado de Rondônia, refletindo uma realidade vivenciada por milhares de migrantes em todo o território rondoniano, que vieram para estas terras fronteiriças nos

diferentes momentos históricos da colonização da região. As bibliografias analisadas contribuíram na organização das idéias que constituíram esta discussão.

A contextualização desse processo histórico é de fundamental importância dada à complexidade desta realidade. Por outro lado, são inúmeros os traços culturais trazidos por dezenas, centenas e milhares de migrantes ao longo dos tempos que ainda estão no anonimato e que pouco a pouco vem sendo registrados por pesquisadores que vêm organizando uma História da sociedade amazônica presente estado de Rondônia

Discorrer sobre a migração para a região aqui contextualizada priorizando o prisma governamental que sempre a visualizou como solução de problemas imediatos do governo federal em relação à questão da terra e das lutas sociais em prol da reforma agrária.

Necessariamente a migração em direção à Amazônia, neste caso a Rondônia não solucionou nenhum dos gargalos brasileiros entre os quais a reforma agrária, o êxodo rural, conflitos urbanos em virtude do inchamento das grandes cidades do sul e sudeste brasileiro, uma vez que as medidas governamentais são paliativas, imediatistas e assistencialistas deixando de cumprir seu papel que além de conciliador deveria ser eficaz em favor da população excluída do sistema agrário brasileiro.

Há de se considerar que em todos os contingentes de migração a diversidade cultural que perpassa a questão étnica, religiosa, de gênero, classes sociais e culturais justamente por se repetir os vários “brasis” em qualquer região que venha acolher a milhares de pessoas migrantes, neste caso Rondônia. Tendo em vista tais aspectos, a migração geralmente provoca rupturas no processo de organização formal no que consistem os aspectos sociais, econômicos, religiosos, políticos e culturais resultantes dos Projetos de Colonização na Amazônia e o Movimento Migratório para Rondônia.

OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

O processo migratório em direção a Amazônia nacional teve início quando se deu a busca pelas drogas do sertão, a construção da cidade de Vila Bela da

Santíssima Trindade e do Real Forte Príncipe da Beira, a extração da borracha e junto a ela a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré na Amazônia brasileira, estimulados por artifícios construídos a partir do imaginário europeu em relação à Amazônia, incluindo-a como ‘fornecedora de produtos naturais’, segundo Godim (1994) muitos viajantes estiveram na Amazônia brasileira entre eles o viajante Wallace e em seu livro “Viagem pelos rios Amazonas e Negro” faz o seu anúncio da Amazônia.

A presença destes viajantes na amazônia garantiu a manutenção de matérias-primas e seu envio às indústrias das grandes potências econômicas e industrializadas entre os séculos XVIII-XIX. Forças ‘naturais’, sociais, políticas e econômicas trouxe para esta região inóspita, aventureiros por meio das comissões científicas e posteriormente milhares de nordestinos que vêem na Amazônia uma possibilidade de mudança de vida.

Becker (1997) ressalta que o povoamento da Amazônia deu-se por meio de surtos devassadores, resumindo assim em ciclos e seus respectivos períodos: as drogas do sertão nos sécs. XVII–XVIII; “ciclo da borracha” no séc. XIX; agropecuária e mineração no séc. XX entre as décadas de 1920–1930 e na década de 1970 a migração intensa em nome do estado, justificando que era necessário diminuir a exclusão social, econômica e política que ocorria no Brasil.

Muitos pesquisadores das mais diferentes áreas buscam compreender o comportamento dos migrantes, os diversos interesses destes e as intenções existentes da máquina governamental. Diante desta constatação vale ressaltar a saga destes migrantes que contribuíram no processo da formação histórica da Amazônia uma vez que eles vieram trabalhar para sustentar uma hierarquia econômica e política em diversos períodos da história brasileira.

Para Amaral (2001) a colonização do Brasil contemporâneo vem “produzindo uma grande massa de excluídos que chegaram à procura de terra”, isto é a Amazônia é o caminho na tentativa de solucionar os problemas que assolavam o país num todo, e neste caso a região ora mencionada é resultado concreto da união de milhares destes contingentes migratórios.

No entanto, isso ocorre sob visões simplificadoras sobre a Amazônia por parte do governo federal, que estrategicamente ocupa esta região tentando alcançar

tais objetivos: viabilizar e subsidiar a ocupação de terras, bem como implantar redes de integração espacial – rede rodoviária transamazônica e outras rodovias.

Deste modo intensifica-se a estratégia estipulada “Integrar para não entregar” o governo brasileiro usa os meios de comunicação social, manobrando os grandes conflitos nos grandes centros urbanos e também no campo, articulando uma política de ocupação da Amazônia baseando-se em Projetos que visavam controlar e acelerar o processo de distribuição de terras na Amazônia e concomitantemente os conglomerados econômicos que Amaral (2007) assim menciona “Borracha, colonização e eixos rodoviários, pecuária, hidroelétricos, mineração, madeireiros, incentivos fiscais e siderúrgicos: tendo seus beneficiados, excluídos e as mais diversas conseqüências.”

Entretanto, não houve um estudo para analisar a viabilidade sustentável destes projetos e a título de conhecer as potencialidades do solo para fins agrícolas e pecuários, por exemplo. Viu-se em toda a Amazônia uma ocupação sem nenhum tipo de controle estatal, havia a sensação de caos e partir do ‘caos’ estruturado. Amaral (2004) ressalta que “O Estado surge, então, como acentuador e magnificador das contradições sociais, na verdade produz um espaço urbano de populações extremamente empobrecidas e efetivamente não consegue estruturar o espaço rural.”

Através destes projetos houve a distribuição de lotes de terras aos ‘primeiros’ colonizadores, contingente migracional de diversas regiões do Brasil que vieram para Amazônia almejando realizar sonhos, seja em busca de terra ou de ouro podemos compreender isso com Martins & Vanalli (1994) que afirmam “estes camponeses ou desempregados, vão se instalando nas terras do oeste e Norte como posseiros. A esperança de melhoria de vida arrastou milhares de migrantes para esse Eldorado brasileiro” oficializando a integração desta região às demais ao centro–Sul do país.”

Isto é, a construção da do imaginário sobre a Amazônia num todo deu-se em função da degradação, trabalho e produção nas regiões que atendia aos interesses do capitalismo autoritário que impulsionou a migração dirigida ou não em direção à Região Norte.

Os Projetos de Colonização para a Amazônia ocorrem exatamente no auge dos governos militares no Brasil, a preocupação estava vinculada à segurança nacional, projetos de modernização nacional além controle social e para este propósito era fundamental apresentar ao mundo das multinacionais que o Brasil era um lugar seguro para seus investimentos e para tanto esvaziar os centros urbanos era uma urgência.

Estes Projetos foram pensados em gabinetes. Entre eles destacam-se: SUDAM–SUDENE – BASA– PIN – PROTERRA – INCRA – I e II PND da Amazônia; POLOAMAZONIA–POLONOROESTE – NUARs- PLANAFLORO - PROJETO CALHA NORTE sempre sob intervenção do Banco Mundial que na defesa da propriedade privada, “prevendo” a ação comunista na região e assegurando a produção da nova fronteira agrícola, subsidiada pelos produtos industrializados no Centro–Sul, mantendo o poderio econômico da região. Um exemplo clássico é a produção de Fronteira na Zona Franca de Manaus supervisionada pela SUFRAMA, símbolo de urbanização na Amazônia origina - se como parte da estratégia da “Operação Amazônica”, no sentido de ocupar demograficamente, urbanizar e garantir a segurança nacional neste espaço geográfico.

Darcy Ribeiro (1994) lembra que “nenhuma cidade brasileira estava em condições de receber esse contingente espantoso de população.” - Deste modo, pensar em uma válvula de escape ajudaria o governo e evitaria movimentos sociais em prol da moradia, emprego e outras políticas públicas cabíveis à população. Temendo tais reações, o governo brasileiro “oferece” terras nestes “rincões” a quem não tinha nada a perder.

Junto com a terra o governo promete um pacote completo no que concerne a infra–estrutura tais como hospitais, escolas, saneamento básico, estradas, apoio técnico, etc. Promessas que, de acordo com depoimentos dos migrantes na prática não existiram. Becker (1990) afirma que “a estratégia do Estado é poderosa. Induz a migração, oferece poucos recursos aos migrantes e se omite na defesa de seus investimentos.”

Esta realidade foi algo comum. A teoria produzida em gabinetes ficou no papel. A infra–estrutura, uma promessa feita aos migrantes jamais chegou a quem de fato necessitava. Nem sequer as estradas foram implantadas.

O MOVIMENTO MIGRATÓRIO PARA RONDÔNIA

Rondônia ainda não era assim denominada quando se deu a ocupação deste espaço geográfico em função dos interesses do Estado português nestas fronteiras com a construção da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do Mato Grosso, ao qual pertencia boa parte das terras rondonienses para onde migraram ricas famílias proprietárias de jazidas auríferas, bem como de negros que foram trazidos para trabalhar extraíndo ouro e mantendo a agricultura de subsistência, garantindo a manutenção da sociedade local institucionalizada, com estruturação da cidade foi possível, no século XVIII a construção de um forte militar, o Real Forte Príncipe da Beira localizado às margens do Rio Mamoré, na região onde se localiza o município de Costa Marques.

O objetivo era consolidar posse lusitana sobre estas terras. Posteriormente a extração da borracha entre o final do século XIX e meados do século XX proporcionou a construção da E.F.M.M – Estrada de Ferro Madeira Mamoré trazendo à região de Porto Velho milhares de migrantes nordestinos e imigrantes de diversas nacionalidades para trabalhar na construção da ferrovia. Outro momento que garantiu um fluxo populacional foi a construção das Linhas Telegráficas, que tinha como objetivo integrar os estados do Mato Grosso e Amazonas aos demais estados brasileiros via linhas de comunicação como a própria obra coordenada por Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, indicava.

Ao mesmo tempo em que tais construções foram efetivadas, a economia da borracha garantiu que originasse dois pólos urbanos: Porto Velho e Guajará-Mirim e conseqüentemente a selva se modernizou.

É a partir deste conjunto de situações que aumenta o propósito de ‘proteger’ e definir territorialmente a região que se criou o Território Federal do Guaporé em 1943 e em 1956 em homenagem a presença e atuação política de Marechal Mariano da Silva Rondon, passou a ser chamado pelo nome de Rondônia.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o declínio da economia gomífera e ruptura dos financiamentos federais para a região, entre 1948 e 1960, houve a necessidade de incrementar outras técnicas que garantiria permanência das

peessoas que vieram trabalhar na extração da borracha. Incentivados pelo governo seguiram a prática da agricultura de subsistência de modo tradicional por meio das colônias agrícolas em Rondônia nas quais se desenvolveu a relação com a terra era de coleta, extração e cultivo.

Entretanto, as primeiras jazidas minerais encontradas em solo rondoniense, com destaque para a cassiterita (o estanho) impulsionando em 1950 a abertura da BR 364, contribuíram para o enfraquecimento da ação das Colônias Agrícolas, pois, os garimpos de cassiterita em seu ápice concentravam milhares de pessoas que viam nele a possibilidade de ficar ricos. É exatamente a propaganda da presença dos garimpos em Rondônia um dos motivos que fomentou o fluxo migratório nas décadas de 1960–1970–1980, pressionando a atuação do Governo Federal através da colonização oficial, promovendo o Programa “Operação Amazônia”.

Dentro deste programa a ‘distribuição controlada da terra’ seguiu o planejamento do governo federal que por meio do INCRA utilizou os projetos que poderiam auxiliar na efetivação de uma contra - reforma agrária como indicam dados de Perdigão e Bassegio em que o governo continuou a serviço das empresas particulares brasileiras da região centro – sul. Estas empresas foram privilegiadas com terras localizadas às margens da BR 364. E mesmo que houvesse o interesse do INCRA em fiscalizar, este por sua vez assistiu a uma ‘corrente migratória de forma desordenada’ chegar a terras rondonienses.

Diante dos Projetos implantados pela Colonização Oficial do Governo Federal houve mudanças distintas entre os migrantes do início do século XX que eram majoritariamente uma população do Nordeste brasileiro e de quem viria ocupar as terras pertencentes à União no final do mesmo século, ou seja, migrantes de origem sulista.

Segundo Carlos Santos esse perfil do migrante alterou com o processo de ocupação e colonização da área denominada hoje pelo nome de Rondônia e ao mesmo tempo altera o ritmo de vida da população local que vivia basicamente do extrativismo e da agricultura de subsistência.

Na década de 70 havia o predomínio dos nordestinos ou descendentes destes, haja vista que esta população era composta de antigos soldados da borracha ou então filhos desta geração de migrantes. Nos anos 80 o quadro se

inverte, neste caso os sulistas são maioria, seguido por migrantes do Centro – Oeste e do Sudeste que vieram ocupar estas terras já que o Centro – Sul brasileiro não suporta o fluxo de pessoas que saíam das áreas rurais rumo a cidade ou então o próprio campo vinha condicionando sua retirada sem oferecer uma reforma agrária coerente.

Já na década de 1990, a população ‘rondoniense’ é composta por migrantes do Sudeste, acompanhados por sulistas. Santos (2001) destaca que “tais migrantes, principalmente os sulistas, possuíam uma tradição de campesinato, de propriedade familiar da terra, diferentemente dos nordestinos, que culturalmente, dado ao latifúndio canavieiro, na zona da mata, não tinham uma relação de propriedade com a terra.”

Segundo dados do IBGE (1991) em relação ao padrão de sexo, a população de Rondônia é predominantemente do sexo masculino, em consequência das características de migração rural-rural ocorrida durante a década de 70, onde os migrantes correspondiam aos trabalhadores rurais de sexo masculino. Posteriormente, após o crescimento urbano, iniciou-se um processo de migração cidade-cidade, onde a presença da mulher passou a ser significativa, em função do emprego especializado urbano.

Dados IBGE, censo de 2000 confirmam estas informações quanto a presença feminina e masculina na Zona Rural e Zona Urbana são confirmadas. De um total de 671.647 mulheres no Estado de Rondônia 444.809 estavam nas cidades e 226.838 continuavam nas comunidades rurais. A população masculina que somava 708.140 pessoas no mesmo período, 439.74 optaram pela vida nos núcleos urbanos, enquanto 268.426 permaneceram no campo.

Muitos destes migrantes sejam homens ou mulheres já haviam percorrido outros caminhos antes de chegar a terras rondonienses. Muitos autores enfatizam esta problemática brasileira que não se preocupou em cuidar de seus patriotas nos estados natais. A saga dos milhares de migrantes que percorreram o Brasil foi intensa. Configurando a fala de Becker que praticamente todos realizaram mais de uma etapa migratória, em geral três. Confirmando tal dado Lima destaca:

“poucos eram primários (migrantes pela primeira vez); a maioria, vinda do sul, principalmente do estado do Paraná, já

havia passado por São Paulo e Espírito Santo; os que chegavam de Mato Grosso também eram oriundos de outras regiões, utilizando este estado apenas como um corredor para chegar até Rondônia.” (LIMA, 2001, p. 132)

Por onde passaram desempenharam diversas atividades, tais como: na agricultura como bóias-frias, em cafezais e na cana-de-açúcar, em farinheiras, entre outros trabalhos em terras alheias, e mudando de ocupação de acordo com o tipo de serviço que encontrassem nestas paragens até chegarem ao Estado Rondônia. Becker menciona tais ocupações com muita destreza “pequenos agricultores, trabalhadores rurais e pessoas engajadas em atividades variadas transformam-se em comerciantes, trabalhadores do comércio e na indústria e, em menor número, em colonos.” (BECKER, 1990)

As estratégias para ocupação rápida do Território foram utilizadas de forma não planejada e orientada no que se refere à questão ambiental. A migração para Rondônia além de atender a interesses políticos, econômicos, geográficos e demográficos trouxe também a destruição ambiental desenfreada uma vez que o próprio INCRA pressionava os agricultores a desmatar, caso contrário, perderiam o lote adquirido. Não levou – se em consideração as culturas tradicionais dos indígenas e seringueiros.

O ‘choque’ de pensamento entre as populações tradicionais em defesa do uso racional da floresta e o migrante que Amaral destaca como um ser que não possuía praticamente ‘nenhum conhecimento sobre o novo ambiente’, isto é, em relação ao trato que deveria ser dado a flora e a fauna local. Diante deste panorama surge com a missão de ‘corrigir a degradação sócio – ambiental criada nos anos 70’ o POLONOROESTE–Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil.

No entanto, o projeto encontrou inúmeras dificuldades financeiras, técnicas e institucionais, sendo reformulado, quatro anos após para superar os obstáculos experimentados no decorrer de sua efetivação. Porém, a devastação ambiental permaneceu, tanto é que dados confirmam que na década de 90, Rondônia era o estado da Região Norte que mais havia devastado a parte que lhe cabe da floresta

amazônica. E quanto à exclusão social, os NUARs serviram para ampliar este quadro dramático.

Na realidade os NUARS surgiram como uma grande “favela” – lugar onde as pessoas ficavam aguardando serviço e terra para trabalhar. Entre eles estão Novo Horizonte D’Oeste e Castanheiras, ambos eram os NUARs distritos de Rolim de Moura, que foram emancipados e atualmente distribuem lotes urbanos para não ver sua população exaurir-se, por não possuir estrutura para manter-se e nem aos seus munícipes, que vêm as cidades maiores do estado como opções de emprego, por exemplo.

Tendo em vista o drama ambiental apresentado, sempre houve o pensamento de explorar tudo que estivesse ao alcance: a floresta, a fauna e demais recursos naturais; o solo pouco agricultável. No que se refere a esta questão Lima (2001) diz que os migrantes que vieram para Rondônia “na prática, descobriram em poucos anos o embuste de que foram vítimas, por se apossarem de terras improdutivas” e impróprias para o desenvolvimento da pecuária.

Tendo conhecimento ou não desta realidade, no campo econômico, o estado de Rondônia sai do modelo extrativista tradicional adaptado à região e entra no processo de reprodução econômica trazida pelos migrantes de suas regiões e estados de origem, sem levar em consideração as sociedades que aqui se fixaram a muito mais tempo, gerando impasses entre o agir economicamente do indígena e do seringueiro.

Segundo Amaral (2004) estes grupos desenvolvem uma agricultura integrada à mata e o uso do extrativismo da floresta, mundo este antagônico ao dos colonos que não se interagem com a natureza e não só tentam, mas adequam suas culturas ao ambiente amazônico, pois “A sociedade local estava estruturada social, econômica e culturalmente em bases e princípios. Sendo ela desestruturada e reorganizada pelo processo de colonização.”

Contemplando a interesses diversos e contraditórios, principalmente no que tange a agropecuária, que para Martins (2009) ‘é uma atividade econômica que dispensa mão-de-obra e esvazia territórios.’ Em síntese, a população migrante transformou este espaço em lugar e estabelecendo uma identidade.

Porém, nem todos tiveram a oportunidade de constituir-se e sentir-se proprietário já que estiveram em solo rondoniense para servir de mão-de-obra à prática do capitalismo que modernizou por meio da força Rondônia na Amazônia, promovendo o que na prática denominamos de escravidão por meio do trabalho dos bóias-frias aqui denominados peões, que respondem pelo trabalho temporário nas serrarias, fazendas com a produção do café e hoje com a predominância da pecuária, deserdando até mesmo este grupo de trabalhadores, ampliando a exclusão social de milhares de homens e mulheres que fazem a reprodução de um país mal resolvido na estrutura agrária.

Um modelo que mantém também o ‘eldorado’ rondoniense no poder é o modelo agro-pastoril nas mãos de latifundiários, indicando que a terra deixou de cumprir seu papel social haja vista que o governo redimensionou a política governamental para a Amazônia, apoiando o POLOAMAZÔNIA e neste meio Rondônia e a sobrevivência dos pequenos agricultores assentados ou à espera de sua colocação começou a ser comprometida.

Realidade esta que justifica o caos provocado pelo processo de colonização em Rondônia, onde muitas famílias agricultoras permaneceram sem terra, ou seja, milhares de pessoas em Rondônia permaneceram a mercê da Reforma Agrária, sem acesso a terra. A Reforma Agrária é mascarada em Rondônia, assim como em todo o Brasil e, por sinal, tende a percorrer um longo caminho de acordo com a ideologia que esteja no poder para que de fato possa se concretizar.

Para Cardoso e Muller (1977) o INCRA visava “a realização da reforma agrária no Brasil, a promoção particular e a execução da colonização oficial e do desenvolvimento no campo, através do cooperativismo e da eletrificação rural.” Gerando dupla interpretação dos fatos em território rondoniense que garantiu a perpetuação do domínio particular que veio aplicar o capital e a distribuição de terras aos migrantes sem terras por meio da ação do Estado, que ampliou os conflitos fundiários. Isto porque milhares permaneceram excluídos da Reforma Agrária gerando inúmeros problemas dos quais o governo federal lutava para se livrar.

Neste caso segundo Ianni lembra que:

“A grilagem, a defesa da terra pelo posseiro, a expropriação do índio, a expansão da empresa privada de colonização, a

transformação da terra em mercadoria, vários são os processos sociais que tornam Rondônia em Território – problema para o poder público. Tanto assim que o governo passa a dificultar a ida de migrantes para lá.” (1979, p. 139)

Diante de mais um problema para o poder público, o Estado incumbe-se da estruturação da situação fundiária que neste caso se apresenta dentro destes dois panoramas a questão ambiental e o uso das terras pelo domínio particular. De acordo com dados da SEPLAM \ INCRA \ SEDAM nos anos de 1991 e 1996 devem seguir alterações que visem a criação das Unidades de Conservação Federal e Unidades de Conservação Estadual como meio de inibir o desmatamento, como apresenta o segundo quadro sobre a situação fundiária em Rondônia.

No entanto as áreas de domínio particular disponíveis continuam iguais. Ampliou-se a porcentagem de terras para áreas urbanas e promovem a retirada de terras das populações indígenas, que perdem espaço neste processo de redistribuição de terras. As populações tradicionais, como as comunidades ribeirinhas e quilombolas sequer são mencionadas.

A zona urbana tem sua área ampliada em função das consequências da falta de uma política agrária que deveria cumprir seu papel de assegurar terra aos agricultores que vieram se auto-reproduzir como produtores rurais em Rondônia, isto é, estas pessoas não receberam os investimentos necessários para se manter na zona rural. Assim, o êxodo rural não era somente um privilégio dos grandes centros urbanos brasileiros, mas também das regiões de fronteira.

Diante do caos instalado em Rondônia o Governo Federal em suas atribuições delega poderes aos governantes locais, transformando o Território Federal de Rondônia em Estado no dia 22 de Dezembro de 1981. Em conjunto a esta nova realidade organiza-se politicamente com um estilo próprio em relação aos demais estados da Região Norte do Brasil. Os migrantes que aqui consolidaram sua permanência, sejam eles agricultores, pecuaristas fazendeiros, comerciantes, empresários, funcionários públicos ou liberais, entre outras profissões, exercem lideranças e em contato com outras lideranças políticas ou conquistam espaço e poder.

Entretanto, e Rondônia como Território Federal já recebia poucos incentivos agrícolas, ao se tornar Estado os investimentos são reduzidos. Situação esta

vinculada ao campo político a nível nacional, considerando a colonização desenvolvida pelo INCRA é que podemos ter a noção do porque do termo a ‘invenção de Rondônia’ utilizado por Perdigão e Bassegio (1992). Sua ‘criação’ a caracterizou como receptora do excedente populacional resultante da concentração fundiária no Sul e Sudeste do país no período de 1960 – 1980.

É visível que os interesses do capital engendra nesse processo os investimentos que são atendidos prontamente pelos governos militares. A perpetuação desta política em Rondônia é nítida, porém, ocorre uma organização local do pensamento político regionalizado. Esta peculiaridade na política rondoniense surge do meio do povo migrante, pessoas que participam de diversas entidades, sejam elas ligadas a vida comunitária, das associações, sindicatos e cooperativas que representam agricultores, sejam do comércio, funcionários públicos entre outros seguimentos da sociedade. Sem esquecer que estes migrantes têm poder aquisitivo que pode variar de acordo com as atividades econômicas que desempenham.

Mas, a experiência adotada não facilitou a vida no campo para os pequenos parceiros. Ao privilegiar os interesses do grande capital, favoreceu a concentração fundiária. Além do acúmulo de terra e percebendo que somente os fazendeiros conseguem financiamentos, os migrantes sem subsídios agrícolas ou créditos bancários não conseguem manter-se em seus lotes, cujo solo após três anos de uso, aproximadamente, perde nutrientes, que já eram escassos, inviabilizando a produção.

Sem contar que, quando conseguiam, financiamentos, nem sempre o produto final das colheitas era suficiente para quitar as dívidas junto aos bancos e casas agropecuárias, obrigando-os a vender seus sítios à agropecuaristas (fazendeiros), confirmando o que diz Amaral (2004) “Verifica-se que durante esses vinte anos (sic!) de colonização em Rondônia houve uma fragmentação dos lotes, simultaneamente a um processo de reconcentração fundiária.”

O destino para muitos agricultores era continuar buscando em outras localidades, nas novas áreas de fronteira agrícola um lote onde pudessem fazer uma nova tentativa. Ocorreu também que muitos sequer fizeram esta nova busca. Optaram por voltar a terra ‘natal’. Isto é houve após intenso fluxo migratório, houve

um refluxo migracional em Rondônia. O próprio Estado tem internamente migrações permanentes que vem contribuindo na fundação de inúmeros municípios. Rondônia também perdeu migrantes para os seguintes Estados: Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará. Neste aspecto as políticas públicas não se efetivaram, provocando uma mudança na dinâmica populacional de Rondônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os aspectos indicam que foram pontuais os objetivos das ações governamentais com projetos de colonização na Amazônia e os processos migratórios que tiveram a perspectiva de entender os interesses do Estado no desenvolvimento da região, bem como garantir estas fronteiras por intermédio da segurança nacional expresso com a colonização.

Tendo por base as análises das inúmeras fontes bibliográficas, sejam elas primárias ou secundárias foi possível estabelecer algumas reflexões em relação a presença de núcleos urbanos quando a coroa portuguesa manifestava interesse em transformar a região em um reduto de produção que sustentasse a metrópole com gêneros alimentícios aos projetos para a Amazônia bem ao fluxo migratório para regiões centrais, isto é, ao longo da BR 364 pressionou o INCRA a liberar terras interioranas, distantes do eixo da BR para evitar conflitos, que seguramente surgiriam em decorrência de uma política agrária, que sem planejamento e sequer orientações dos agentes públicos envolvidos, não suportou o número de migrantes.

Isto é, no importa o período histórico. Cada um apresenta objetivos específicos quanto ao que a região amazônica num todo possa oferecer de riquezas, terras e oportunidades no que tange a exploração econômica. A diversidade de buscas destes elementos na região sempre foi justificada pela posse do território e a garantia da segurança e soberania nacional.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Januário; SILVA; NASCIMENTO, Maria das Graças & SOUZA, Mariluce Paes (Orgs). **Pesquisa na Amazônia: Intervenção para o desenvolvimento**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.
- _____. **Mata Virgem – Terra Prostituta**. Porto Velho: ABG Gráfica, 2004.
- _____. **Latifúndios do INCRA**. Porto Velho: EDUFRO, 2007.
- BASSEGIO, Luiz. **Migração em Rondônia**. <http://www.alainet.org/active>. Acesso em 24 de Fevereiro de 2010.
- BECKER, Berta K. ; MIRANDA, Mariana & MACHADO, Lia O. **FRONTEIRA AMAZÔNICA. Questões Sobre a Gestão do Território**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1990.
- _____, Bertha K. **Amazônia**. Série Princípios. São Paulo: Ed.Ática,1997.
- BRASIL. **IBGE**, 1991/2000.
- CARDOSO, Fernando H. & MULLER, G. **AMAZÔNIA: Expansão do Capitalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.
- GODIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.
- IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura. O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- LIMA, Teófilo L. de. **Do Monte Nebo a Jaru – Um passado a ser conhecido**. Canoas – RS: Ed. da ULBRA, 2001.
- MARTINS, Dora & Sônia Vanalli. **Migrantes**. São Paulo: Geografia Contexto, 1994.
- PERDIGÃO, Francinete & BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos Rondônia: A Trajetória da Ilusão**. São Paulo, Atual, 1994.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro, A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SANTOS, Carlos. **A Fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

NOTAS

ⁱMestre em História, Território, Cultura e Direitos Humanos no Brasil e na América Latina. Professora Substituta no Curso de História – Departamento de História – UNIR - Campus de Rolim de Moura – RO. Desde 2001 é professora da SEDUC-RO. E-mail cidaselhorst@yahoo.com.br.

ⁱⁱ Mestre em Geografia. Professor do Departamento de História – UNIR - Campus de Rolim de Moura.